

**A presença escrava nos censos populacionais de Santa Catarina
(1840-1888)**

Rafael da Cunha Scheffer*

Conseguir informações sobre a população de determinada região pode se mostrar um desafio de razoável complexidade quando se trata dos séculos XIX ou anteriores. As informações normalmente tornam-se mais esparsas e de menor confiança à medida que recuamos no tempo. Contudo, estudos demográficos, de uma maneira geral, permitem aos historiadores terem uma noção acerca de uma série de características de determinada população. Procurar reunir algumas dessas informações sobre a população escrava de Santa Catarina na segunda metade do século XIX é o objetivo deste artigo.

Censos e mapas de população

As fontes selecionadas para esta pesquisa sobre a população catarinense foram os mapas e os censos realizados entre os anos de 1840 e 1888, que são partes integrais ou foram anexados aos relatórios dos presidentes de província¹.

Os mapas populacionais permitem o acompanhamento da evolução demográfica da província e da relação entre livres e escravos, além de fornecerem outras pistas sobre distribuição populacional e migrações realizadas em determinados períodos². Informações sobre o estado civil, distribuição da população entre os sexos, natalidade e óbitos também podem ser encontrados nesses recenseamentos. Dessa forma, os censos constituem fonte importantíssima para a compreensão de questões como presença escrava, constituição de famílias entre outras. Contudo, nosso objetivo neste artigo não é realizar uma pesquisa e análise completa dos dados demográficos, e sim desenvolver algumas questões e levantar algumas características dessa população cativa.

Os números apresentados pelos censos, contudo, não são desprovidos de erros e distorções, que tem de ser levadas em consideração. A crítica à exatidão dos recenseamentos já não é novidade na historiografia. Analisando censos do Rio de Janeiro,

Mary Karasch em diversos momentos aponta para incongruências dos números apresentados em determinados anos³.

O risco da inexatidão ainda é maior porque essas informações são transmitidas por uma rede de funcionários que nem sempre funcionava a contento. As informações apresentadas pelos diversos presidentes tinham origem nos levantamentos realizados pelos Chefes de Polícia e Delegados de cada município⁴. Eram estes funcionários os responsáveis pela coleta das informações e exatidão das mesmas. Contudo, comprometendo o resultado das estatísticas populacionais da província, são vários os anos nos quais o presidente não recebe o envio dos mapas solicitados, ou os recebe com desconfiança, deixando nos próprios relatórios críticas aos números apresentados. Já em 1842, o presidente da província, Antero José Ferreira de Brito, criticava a falta de exatidão nas informações, esperando uma maior aplicação dos delegados nos relatórios e mapas futuros. “Bem longe estão estas cifras de merecerem inteiro crédito”, dizia o presidente da província em 1849, “não só porque muitas famílias occultão de propósito parte de seus membros, principalmente solteiros receosos de recrutamento, como por os encarregados do recenseamento nos diversos Quarteirões pouco capricharem para o fazer com a devida exactidão.”⁵ E reclamações desta natureza foram repetidas por todo este período. Em 1851, o presidente apontou que as cifras estariam apresentando uma população em número inferior ao da realidade. Indica ainda o caso de algumas cidades, como a Capital, que segundo os números teria sofrido grande déficit populacional de um ano para outro, o que ele considera enganoso⁶.

Além do problema da exatidão, em diversos anos faltam dados sobre alguns municípios, devido ao atraso ou ao não envio das informações. Assim, em 1849, faltam dados sobre os municípios de Porto Bello e da freguesia de Garopaba. No mapa de 1851, faltam dados de 7 das 16 freguesias, e o presidente usa os números anteriores dessas faltantes para completar uma estimativa provincial.

Um outro problema apresentado é a falta de informações sobre diversos anos. A maior parte dos relatórios não apresenta os números gerais de população e de batismos e

óbitos, e essa apresentação, quando ocorre, está principalmente concentrada nas décadas de 1840 e 1850. Aparentemente ocorreu uma mudança do interesse que rege a elaboração desses relatórios. A preocupação com a população em geral é substituída por uma preocupação mais específica, com os colonos e com os escravos.

Contudo, mesmo com tantas falhas, essas fontes nos fornecem dados únicos sobre a população⁷. As tendências indicadas ao observarmos esses números por um longo período, as proporções entre os números apresentados e mesmo a capacidade desses de se aproximarem da realidade já nos fornecem indícios significativos sobre nosso objeto de estudo. Deixando de lado a exigência de uma precisão que essas fontes não apresentavam, podemos ainda apreender muito com elas sobre a dinâmica da população cativa em Santa Catarina.

População da província de Santa Catarina 1840-1886.

Ano	População total	Livres (%)	Escravos (%)
1840	66.218	53.707 (81,11%)	12.511 (18,89%)
1849	74.927	60.985 (81,40%)	13.942 (18,60%)
1851	85.755	70.789 (82,55%)	14.966 (17,45%)
1855	101.559	87.364 (86,03%)	14.195 (13,97%)
1859	127.786	108.658 (85,03%)	19.131 (14,97%)
1864	133.738	117.418 (87,80%)	16.320 (12,20%)
1874	159.802	144.818 (90,63%)	14.984 (9,37%)
1886			8.249

Fonte: Relatórios de Presidente da Província 1840-1888. www.crl.edu/content/provopen.htm.⁸

A primeira vista, vemos como a presença escrava tem um peso relativamente considerável na população da província, a qual tradicionalmente era caracterizada pela quase inexistência de trabalhadores cativos. Sua presença responde a quase um quinto dos habitantes catarinenses nos primeiros anos da análise, caindo posteriormente para

índices entre 15% e 10%. Entretanto, como podemos observar na tabela acima, a retração percentual da população escrava deu-se principalmente devido à expansão da população livre, que mais que duplicou no período estudado. É fundamental notar que, apesar da queda percentual e da diminuição no fim do período, em números absolutos chegou a ocorrer um crescimento da população cativa até o fim da década de 1850, e a manutenção de um número próximo ao de 1849 até meados da década de 1870.

Resta saber até que ponto esse número possa estar equivocado, por uma subcontagem anterior ou pela própria não declaração dessa presença escrava em censos anteriores. Mesmo assim, fica a questão de que modo essa expansão possa ter ocorrido, visto que as condições para reposição e expansão de plantéis haviam sido dificultadas com o fim do tráfico atlântico e com o resultante encarecimento da mão-de-obra cativa. Com essas dificuldades, os senhores de escravos de Santa Catarina, em grande parte produtores de alimentos, de baixo preço e que enfrentavam uma grande concorrência nas outras províncias, passaram a enfrentar condições econômicas adversas para promover a expansão e manutenção dos plantéis através da importação de cativos. Contudo, a compra de escravos no mercado interno ocorreu em pelo menos uma região da província. Estudos focados na cidade de Lages apontam para a existência do comércio de escravos em um momento de expansão da escravaria na região⁹. Mas não apontam para um comércio capaz de ter promovido sozinho essa expansão. Além disso, esta região, como será visto ao final deste artigo, apresenta algumas características diferentes do restante da província, o que faz com que não possamos generalizar essa experiência para o restante de Santa Catarina.

O crescimento vegetativo da população cativa aparece como uma das possibilidades para ajudar a explicar essa expansão. Sua ocorrência é apoiada pelos números de batismo e óbitos anexados a diversos relatórios¹⁰. O número de escravos batizados em nenhum momento foi igual ou inferior ao de óbitos. Na maioria dos anos dos quais temos informações, a diferença a favor dos nascimentos supera uma centena de indivíduos, chegando ao máximo de 347 em 1864. Séries de dados mais completas são

necessárias para termos uma visão mais exata dessa capacidade de reprodução dos escravos. Mas esses números apóiam a hipótese de que o crescimento do número de cativos registrado nos censos até 1859, e a manutenção de um número elevado deles até a década de 1870, desconsiderando vendas e alforrias, possa ter uma importante influência do crescimento vegetativo dessa população.

Para os estudos acerca da família escrava, é interessante destacar que apesar desse crescimento vegetativo, o número de casamentos entre os escravos era baixo. Em raríssimos anos observamos mais do que 10 casamentos entre cativos (foram 14 em 1849), e normalmente esse número era menor do que cinco. Em 1840, o número de escravos casados não chegava a 5% do total e em 1874 não atingiu sequer 2%. A relação entre esses casais, portanto, devia se dar fundamentalmente em uniões não formais, não sancionadas pela igreja, porém possivelmente estáveis e reconhecidas pela sociedade.

À hipótese levantada soma-se o fato de que o desequilíbrio entre os sexos, tão presente em diversas localidades, não se fazia presente em Santa Catarina. Um considerável equilíbrio entre os sexos apareceu nos levantamentos sobre a população escrava. Novamente contando com números que surgem nos relatórios em alguns anos, foi possível montar um quadro de comparação entre os sexos¹¹. Nesses anos, a diferença entre os sexos não ultrapassou a de 1,29 homens para cada mulher (1859), tendo oscilado entre este valor e o de 1,12 em 1864. Esses números se aproximam do que Bert Barickman coloca para as lavouras de fumo e mandioca no Recôncavo baiano, onde também se fazia presente um maior número de nascimentos, em contradição ao desequilíbrio da lavoura canavieira, importadora de mão-de-obra¹².

A perda de escravos através do tráfico interprovincial ainda não foi devidamente estudada em relação à província. Algumas obras chegam a destacar sua importância para o fim do escravismo na região¹³, porém não temos condições de estabelecer a intensidade deste comércio, o volume da saída de escravos e o período em que esteve mais ativo em Santa Catarina.

O declínio do número de escravos também sofreu influência direta do aumento da taxa de concessão de alforrias para os escravos. A compra da liberdade, uma esperança que não pode ser tratada como inalcançável na escravidão brasileira, tornou-se ainda mais atingível nas décadas finais do escravismo. Estudos sobre Desterro já identificaram uma intensificação das alforrias nas décadas de 1870 e 80, o que provocaria uma queda no número de escravos. Contudo, não foram realizados estudos sobre a questão da alforria em outros municípios catarinenses. Assim, faltam-nos dados, especialmente os quantitativos, para compreendermos a intensidade do impacto das alforrias sobre o declínio do escravismo.

Além disso, temos de considerar também a diversidade da escravidão nos municípios catarinenses. A presença escrava e as mudanças que ela atravessou na segunda metade do século XIX podem ter afetado de forma diferenciada as localidades catarinenses. Para procurar responder tais questionamentos, desenvolvemos a tabela abaixo, selecionando os dados de alguns municípios catarinenses, que acreditamos mais representativos¹⁴:

População escrava nos municípios catarinenses

Ano	Desterro	Laguna	Lages	São Francisco do Sul
1840	7.589	2.126	290	1.970
1852	8.914	3.087	603	2.951
1859	9.297	4.098	1.304	4.432
1864	7.200	3.427	1.403	4.288
1885	3.209	2.775	1.197	2.347

No quadro acima percebemos como as próprias tendências entre os municípios são divergentes, talvez refletindo a diferença na base de suas economias. Lages, ligada fundamentalmente a pecuária, contrasta com as demais localidades, baseadas na produção de alimentos, especialmente farinha. A cidade serrana apresenta uma duplicação

de seu plantel de escravos depois da proibição do tráfico atlântico, e continua a ampliar seu plantel mesmo quando os outros municípios já apresentam uma diminuição no número de escravos.

O próprio ritmo de diminuição dos plantéis parece divergir entre as cidades. Laguna e, principalmente, Lages perdem menos escravos nas décadas finas do que Desterro e São Francisco.

Variadas podem ser as causas das diferenças entre esses municípios, que poderiam explicar as diversas formas como a questão da presença escrava foi modificada ao longo da segunda metade do século. O incentivo a formação de famílias entre os escravos, o impacto do tráfico interno, a ocorrência de epidemias, os próprios arranjos de trabalho e negociações que permitiam a alforria dos escravos, entre outros fatores, podem ter contribuído por essa diversidade. Mais uma vez, uma série de questões permanece em aberto, esperando análise para que possamos compreender melhor o que se passou com a população escrava catarinense.

Assim, observamos como a presença escrava em Santa Catarina, longe de ser desprezível, manteve sua força até meados da década de 1870. Em uma época onde renovar e manter plantéis através da compra no estrangeiro era impossível e cara quando no tráfico interno, a reprodução parece ter sido o caminho através do qual se manteve e até se ampliou o plantel da província. Em uma população que não sofria com uma desigualdade gritante entre os sexos, a formação de famílias (não necessariamente sancionadas pela igreja) parece ter sido possível. Mas muito ainda falta ser estudado, principalmente para explicar o peso de alforrias e do tráfico interno na diminuição do número de escravos, e também para esclarecer as diferenças entre as diversas localidades catarinenses e a forma como estas lidaram com a questão da presença escrava.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina; bolsista do Cnpq.

¹ Os relatórios de presidentes de província, por sua vez, foram digitalizados e podem ser consultados através do site da Universidade de Chicago (www.crl.edu/content/provopen.htm).

² Nos relatórios encontra-se normalmente a população geral da província, mas em diversos anos temos informações sobre a distribuição da população pelos municípios e freguesias em toda Santa Catarina.

³ KARASCH, Mary C. Fronteiras: um guia escravo da cidade do Rio de Janeiro. In: *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

⁴ Falla que o presidente da província de Santa Catharina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembleia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1842. Cidade de Desterro, Typ. Provincial, 1842, p. 33.

⁵ Falla que o exm. 3.o vice-presidente da província de Santa Catharina, o doutor Severo Amorim do Valle, dirigio á Assembleia Legislativa Provincial no acto 'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março 1849. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1849.

⁶ Falla que o presidente da província, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma província, por occasião da abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.o de março de 1851. Cidade do Desterro, Typ. do Novo Iris, 1851, p. 20.

⁷ BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano*: fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 97.

⁸ Não foram encontradas informações sobre a população geral ou livre da província nos últimos anos consultados.

⁹ BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho*: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865). Dissertação (mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2005, p. 116-117, 122.

¹⁰ Junto a esses números, encontramos também os de casamentos. Poucos foram os relatórios que apresentaram esse registro, sendo que este artigo é baseado nos números encontrados nos seguintes anos: 1849, 53, 56, 58, 59 e 64.

¹¹ Os relatórios em que foram encontradas essas informações são os dos seguintes anos: 1855, 59, 64, 74 e 86.

¹² BARICKMAN, Op. Cit., p. 258.

¹³ Essas referências são encontradas em CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. V 2 – Memória. Florianópolis: UFSC, 1972, p. 383; CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis : aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Nacional, 1960.

¹⁴ Por uma questão de espaço e coerência, agrupei os dados sobre população nos quatro municípios existentes em Santa Catarina durante todo o século XIX: Desterro (Capital), Laguna, Lages e São Francisco do Sul. Assim, as populações escravas de municípios desmembrados desses primeiros foram incluídas na soma do município de origem.